



resultados
2T16

relações com investidores

CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 2T16

São Paulo, 15 de Agosto de 2016 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do 2T16. As informações financeiras e operacionais dos períodos, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

DESTAQUES

- **Reajuste Anual da Receita (RAP):** Em 28/06/2016, foi publicada a Resolução Homologatória nº2.098, estabelecendo as RAPs da CTEEP e suas Subsidiárias para o Ciclo 2015/2016. A RAP Consolidada, passou de R\$ 963,4 milhões, para R\$ 1.035,3 milhões, em de julho de 2016, apresentando um incremento de R\$ 71,9 milhões, o que correspondente a 7,5%.
- **Aumento de Capital Social:** Em 02/06/2016 o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento do capital social da CTEEP no valor de R\$ 157,2 milhões, mediante a emissão de 3.461.371 ações preferenciais. O Capital Social Integralizado passou a ser de R\$ 2,4 bilhões.
- **Proventos:** Em 16/06/2016 o Conselho de Administração aprovou o crédito aos acionistas na forma de dividendos intermediários no montante de R\$ 110,0 milhões correspondentes a R\$ 0,667797 por ação de ambas as espécies e liquidação financeira em 30/06/2016.
- **RBSE:** O Ministério de Minas e Energia emitiu em 20/04/2016, a Portaria nº 120 que determinou que os valores homologados pela ANEEL, através do Despacho nº 4036/2015, relativos à indenização dos ativos não depreciado, existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos. A regulamentação será através de Audiência Pública da ANEEL, prevista para outubro de 016.
- **DIT:** Em 26/04/2016 a Diretoria da ANEEL determinou a abertura de segunda-fase da Audiência Pública, com período de contribuições de 28/04 a 27/07 de 2016. Nessa segunda fase o escopo de transferência foi delimitado apenas às DIT de uso exclusivo das distribuidoras, porém ainda de forma compulsória.
- **Endividamento Bruto:** Queda de 2% na dívida bruta consolidada 2T16 em relação ao final de 2015, somando R\$ 1.074,5 milhões.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	IFRS			REGULATÓRIO		
	2T16	2T15	Δ%	2T16	2T15	Δ%
Receita Líquida	287,0	279,0	2,8%	237,4	201,9	17,6%
EBITDA	174,5	115,2	51,5%	124,4	96,6	28,7%
Margem EBITDA	60,8%	41,3%	19,5 p.p	52,4%	47,9%	4,5 p.p
Lucro Líquido	107,9	79,9	35,0%	66,1	61,6	7,3%
Margem Líquida	37,6%	28,6%	9,0 p.p	27,9%	30,5%	(2,7) p.p

Rating - Fitch AA+ (bra)

Teleconferência 16/08/2016 - 10h (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001 ou (+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.ctEEP.com.br/ri

SUMÁRIO

A CTEEP	4
Desempenho Operacional	5
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS	7
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório	13
Investimentos	19
Evento Subsequente	20
Mercado de Capitais	21
Anexos	22
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS	22
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)	24
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)	26
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)	27
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)	28
▪ Anexo VI – Subsidiárias	29
▪ Anexo VII – Contas a Receber	30
▪ Anexo VIII – Balanço Patrimonial Regulatório	31
▪ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório	33
▪ Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)	35

A CTEEP

A CTEEP uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 26% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

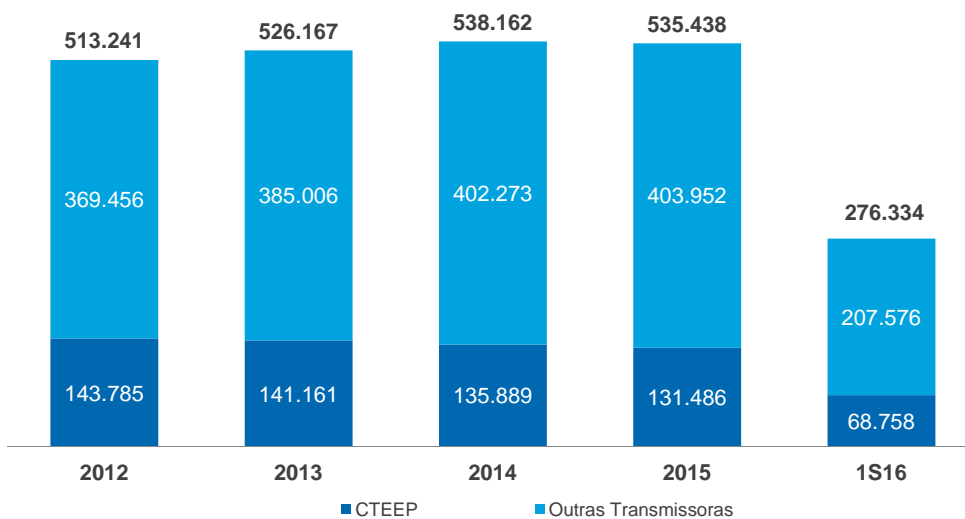
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 16 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

A CTEEP e suas subsidiárias têm uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 55.687 MVA de transformação, com 18.480 km de linhas de transmissão, 25.820 km de circuitos, 2.347 km de cabos de fibra óptica próprios e 122 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como à conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2012 ao 1S16 O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil.

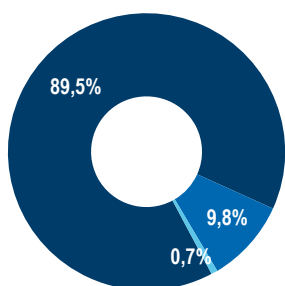
GWh



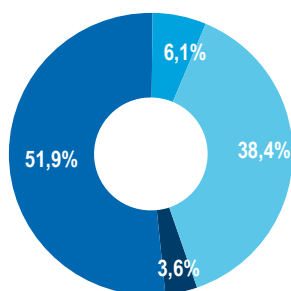
Composição Acionária

Controlada pela ISA, importante empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais:

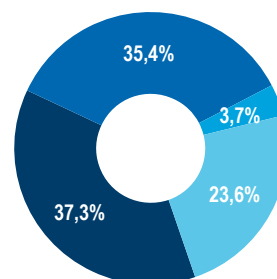
**Ações Ordinárias – TRPL3
(39% do Capital Social do total)**



**Ações Preferenciais – TRPL4
(61% do Capital Social total)**



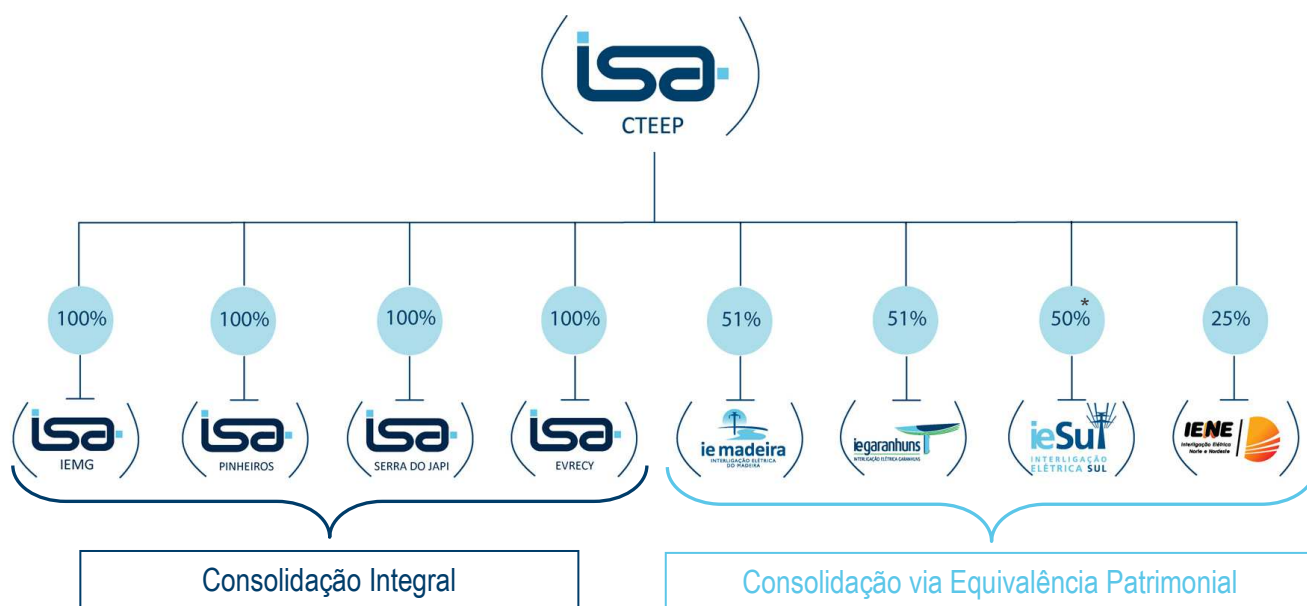
Capital Social Total



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci Ltda ■ Outros

Estrutura Societária

A estrutura societária da CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(*) 50% mais 1 (uma) ação.

Desempenho Operacional

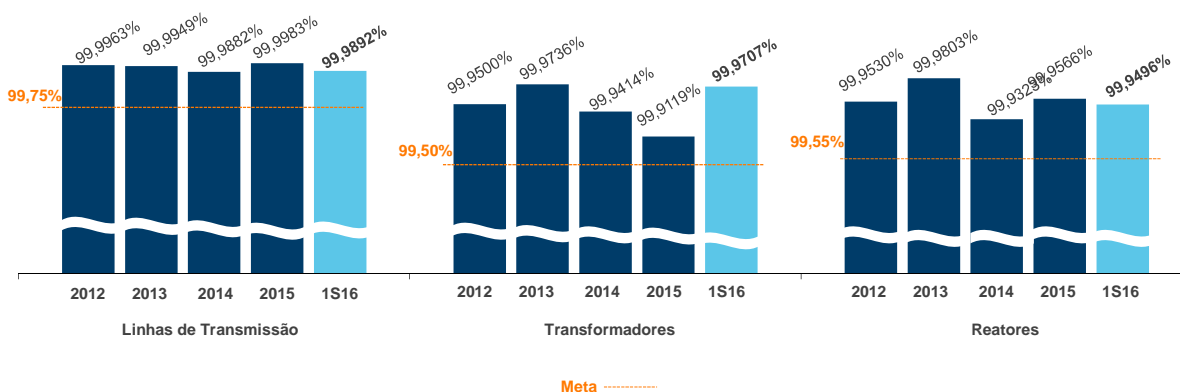
Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

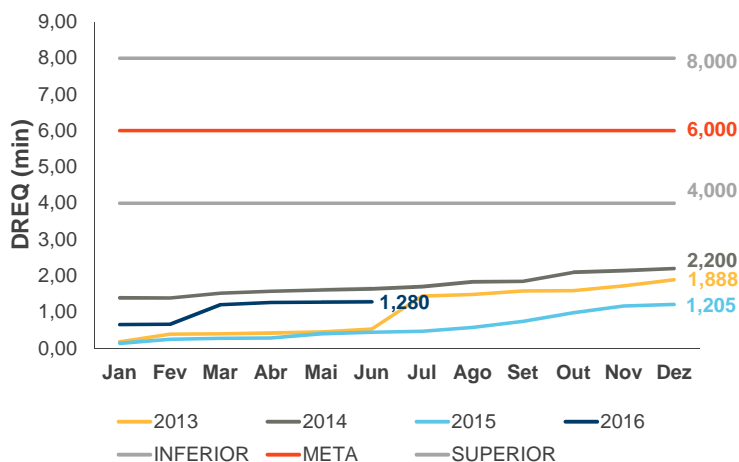
A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2012 a junho de 2016.

Disponibilidade dos Ativos



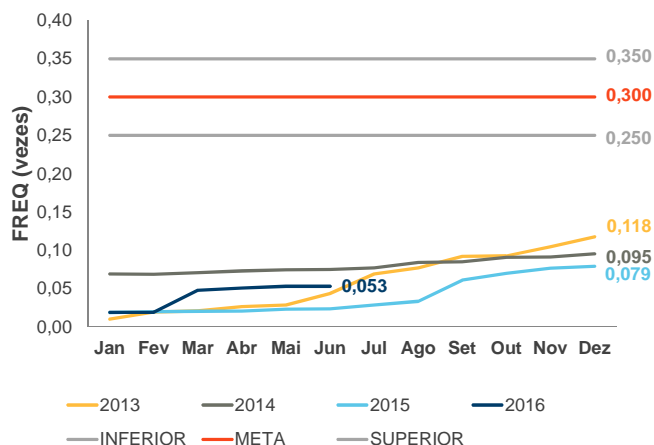
Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) –

Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de

vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 31 de junho de 2016, o índice DREQ dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP foi de 2,06. O índice FREQ dos últimos 12 meses foi de 0,110 vezes (O que significa 1 desligamento de 2 minutos e 4 segundos a cada 09 anos).

Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

Receita Operacional Bruta

No 2T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 327,2 milhões, aumento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2015 quando atingiu R\$ 314,1 milhões apresentando (i) aumento de 13,7% das receitas de operação e manutenção; (ii) aumento de 47,3% da remuneração dos ativos de concessão e, (iii) queda de 50,0% das receitas de infraestrutura.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Infraestrutura	34,0	64,9	(47,6%)	54,2	102,5	(47,1%)	35,4	70,8	(50,0%)	59,7	119,6	(50,0%)
Operação e Manutenção	210,1	182,0	15,5%	418,2	361,7	15,6%	218,5	192,1	13,7%	437,7	380,4	15,1%
Remuneração Ativos de Concessão	41,7	27,6	50,8%	78,4	55,7	40,8%	67,4	45,8	47,3%	125,4	89,1	40,8%
Outras	7,0	5,9	18,3%	13,3	11,8	11,7%	5,8	5,4	9,4%	11,3	10,8	5,5%
Total	292,8	280,4	4,4%	564,1	531,7	6,1%	327,2	314,1	4,2%	634,2	599,8	5,7%

Receita de Infraestrutura - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 35,4 milhões no 2T16, queda de 50,0% quando comparada aos R\$ 70,8 milhões do 2T15, decorrente, principalmente, da conclusão de projetos de reforços, da implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações e da recapacitação de linhas de transmissão na Controladora. Nas Controladas, houve redução de receita de infraestrutura devido a fase de implementação da instalação de banco de transformadores, capacitores e reatores na IEPInheiros.

Receita dos Serviços de Operação e Manutenção – No 2T16, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 218,5 milhões, crescimento de 13,7% quando comparados aos R\$ 192,1 milhões do 2T15.

Esse aumento é justificado por: (i) variação positiva de R\$ 13,3 milhões referente ao IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2014/2015 para 2015/2016; (ii) variação positiva de R\$ 8,1 milhões referente a inclusão do CAIMI a partir de julho de 2015; (iii) entrada em operação de novos projetos no montante de R\$ 2,2 milhões; e (iv) aumento de R\$ 3,9 milhões nos encargos regulatórios, devido ao crescimento no repasse do CDE e Proinfa.

Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 67,4 milhões no 2T16, aumento de 47,3% comparada ao mesmo período de 2015 quando atingiu R\$ 45,8 milhões, refletindo, principalmente, o crescimento do ativo financeiro pela realização dos projetos de infraestrutura, além da correção monetária do período.

Outras Receitas - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. No 2T16, estas receitas totalizaram R\$ 5,8 milhões, aumento de 9,4% comparada ao mesmo período de 2015, quando registrou R\$ 5,4 milhões, principalmente pelo aumento de 15,4% nas prestações de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas.

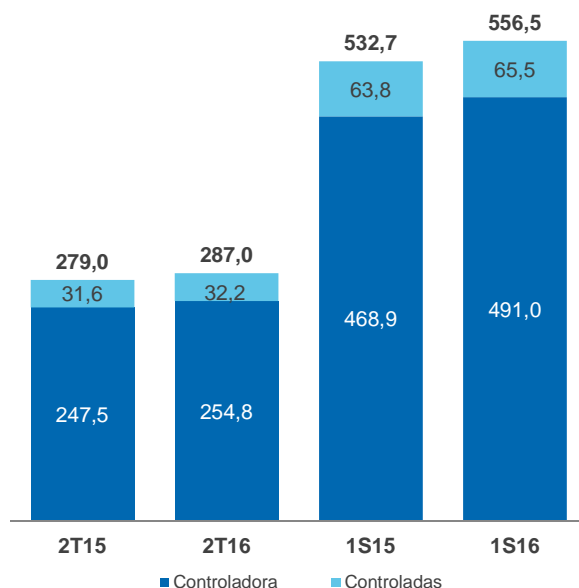
■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 40,2 milhões no 2T16, aumento de 14,7% comparada aos R\$ 35,0 milhões do 2T15, devido a (i) aumento de 4,4% de tributos sobre a receita correspondentes à variação positiva da receita e (ii) aumento de 49,9% dos encargos regulatórios, decorrente, substancialmente, do CDE e PROINFA, pelo aumento no consumo de energia pelo “consumidores livres” e reajuste das tarifas.

■ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 2T16 atingiu R\$ 287,0 milhões, aumento de 2,8% em relação ao mesmo período de 2015, quando representou R\$ 279,0 milhões.

R\$ milhões



■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M no 2T16, registraram R\$ 109,6 milhões, queda de 8,2% em relação aos R\$ 119,3 milhões do 2T15.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 6,9% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 8,2% concedido em agosto de 2015, retroativo a junho do mesmo ano e pela reestruturação do quadro técnico, (ii) do aumento de 10,3% em serviços de terceiros, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, tais como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo.

As despesas de contingências atingiram R\$ 1,3 milhões, registrando queda em relação ao 2T15, pela: (i) variação de R\$10,7 milhões em trabalhistas pela concentração no 2T15 de provisões para perdas de processos trabalhistas de prestadores de serviços de mão de obra terceirizada, inadimplentes e em processo de insolvência, nas quais a CTEEP era corresponsável legal e (ii) variação de R\$ 6,2 milhões pelo aumento, no 2T15, de execução de contingência fiscal de IPTU.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Pessoal	(60,0)	(56,1)	7,0%	(126,2)	(117,2)	7,7%	(62,6)	(58,6)	6,9%	(131,0)	(122,8)	6,7%
Materiais	(2,1)	(2,5)	(16,5%)	(2,8)	0,4	(727,4%)	(2,2)	(3,1)	(30,0%)	(3,1)	(0,4)	738,5%
Serviços	(24,5)	(21,7)	12,9%	(48,2)	(42,0)	14,6%	(25,9)	(23,5)	10,3%	(50,5)	(45,7)	10,5%
Depreciação	(2,0)	(2,0)	(2,2%)	(4,0)	(3,9)	1,9%	(2,2)	(2,2)	(0,7%)	(4,3)	(4,3)	1,7%
Contingências	(1,3)	(19,9)	(94,1%)	(7,6)	(35,4)	(78,7%)	(1,3)	(19,9)	(93,3%)	(7,5)	(35,4)	(78,9%)
Outros	(14,6)	(11,4)	27,9%	(29,9)	(24,1)	23,9%	(15,2)	(12,0)	27,1%	(30,5)	(25,2)	20,9%
Total	(104,6)	(113,6)	-8,0%	(218,5)	(222,2)	-1,6%	(109,6)	(119,3)	-8,2%	(226,9)	(233,8)	-2,9%

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 32,2 milhões no 2T16, redução de 50,1% em relação ao mesmo período de 2015. Esta variação acompanha a queda na receita de infraestrutura, decorrente da conclusão de projetos de reforços.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Total	(30,9)	(58,9)	(47,6%)	(49,2)	(93,0)	(47,1%)	(32,2)	(64,6)	(50,1%)	(54,5)	(109,4)	(50,1%)

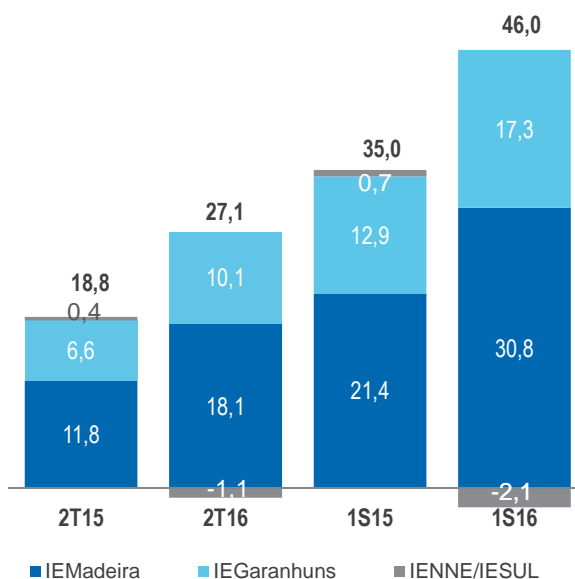
Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 2T16 registrou receita de R\$ 27,1 milhões, aumento de 43,6% frente à receita de R\$ 18,8 milhões registrado no 2T15.

A variação positiva decorre, principalmente do resultado da subsidiária IEMadeira que apresentou (i) aumento do lucro bruto em R\$ 10,0 milhões, pela remuneração dos ativos de concessão do fluxo do ativo financeiro, (ii) redução de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 0,7 milhões e, (iii) aumento das despesas de IRPJ e CSLL em R\$ 4,6 milhões, pelo aumento no resultado.

Aumento de R\$ 3,4 milhões no resultado da subsidiária IEGaranhuns devido, principalmente, à remuneração dos ativos de concessão do fluxo do ativo financeiro, pela entrada em operação comercial em dezembro de 2015.

(R\$ milhões)



Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 28,9 milhões no 2T16, frente a despesa de R\$ 6,0 milhões registrada no mesmo período de 2015.

A variação reflete, principalmente, o fim das receitas de variação monetária e de juros ativos, referentes à atualização do IPCA + 5,59%, pelo recebimento do contas a receber de ativo reversível pela Lei nº 12.783 e o aumento de R\$ 11,3 milhões nas despesa de variação monetária com atualização das provisões de demandas judiciais.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	11,9	17,9	(33,3%)	21,5	37,8	(42,9%)	17,4	22,3	(21,7%)	32,3	45,3	(28,5%)
Variações monetárias líquidas	(9,6)	7,9	(221,1%)	(16,2)	23,8	(167,9%)	(9,6)	7,9	(221,6%)	(16,0)	23,8	(167,0%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(31,4)	(31,7)	(0,9%)	(61,6)	(61,0)	0,9%	(35,6)	(36,1)	(3,2%)	(70,2)	(70,1)	0,3%
Outras	(1,0)	(0,1)	1328,2%	(0,0)	(0,2)	(77,4%)	(1,1)	(0,0)	35164,7%	(0,2)	(0,1)	18,7%
Total	(30,0)	(6,0)	(401,5%)	(56,3)	0,4	(15181,5%)	(28,9)	(6,0)	384,4%	(54,1)	(1,2)	4532,2%

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de lucro presumido.

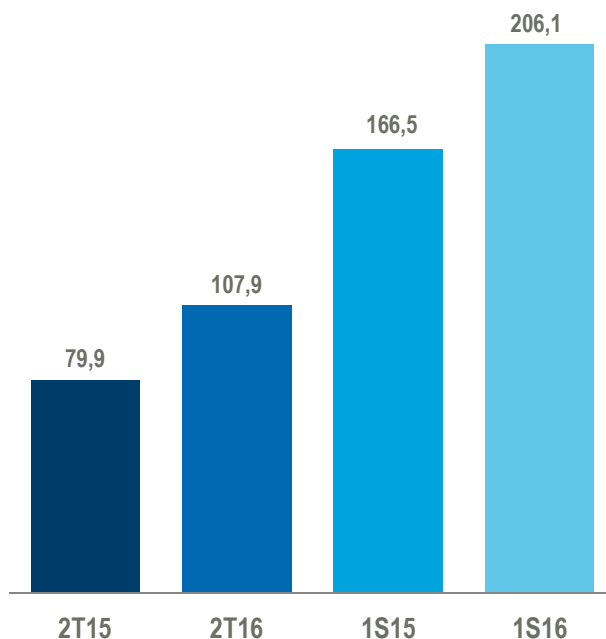
Com a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, por meio da Lei nº 12.973/14, a Companhia efetua ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento), de acordo com a legislação tributária.

O imposto de renda e contribuição social consolidado gerou despesa de R\$ 34,8 milhões no 2T16, 83,2% superior a despesa de R\$ 18,9 milhões no 2T15, refletindo o aumento no resultado da Companhia. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no 2T16 foi de 24,4%, comparado com o 19,2% no 2T15. O acréscimo na taxa efetiva, deve-se a redução do benefício fiscal do ágio.

■ Lucro Líquido

O Lucro Líquido no 2T16 totalizou R\$ 107,9 milhões, aumento de 35,0% comparado a R\$ 79,9 milhões no 2T15. Por sua vez, o Lucro básico por ação no 2T16 foi de R\$ 0,64429. O aumento reflete principalmente, o ajuste no ciclo da RAP e o recebimento do CAIMI retroativo na Controladora, a redução das despesas de contingências, e o resultado de equivalência patrimonial.



■ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 foi de R\$ 174,5 milhões no 2T16, aumento de R\$ 59,2 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 115,2 milhões registrado no 2T15. A margem Ebitda no 2T16 alcançou 60,8% no trimestre.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T16	2T15	1S16	1S15	2T16	2T15	1S16	1S15
Lucro (prejuízo) Líquido	104,2	76,6	198,7	161,0	107,9	79,9	206,1	166,5
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	33,1	17,6	56,6	38,0	34,8	19,0	60,1	39,9
Resultado financeiro líquido	30,0	6,0	56,3	(0,4)	28,9	6,0	54,1	1,2
Depreciações e amortizações	2,7	10,1	5,2	20,1	2,9	10,3	5,6	20,5
EBITDA ICVM nº 527/12	170,0	110,3	316,8	218,7	174,5	115,2	325,9	228,1
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	66,7%	44,6%	64,5%	46,6%	60,8%	41,3%	58,6%	42,8%

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório¹

Os resultados regulatórios da CTEEP Controladora e Consolidada apresentados a seguir, também seguem as regras contábeis estabelecidas.

■ Receita Operacional Bruta – Regulatório

No 2T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 281,7 milhões, um aumento de 19,5% em relação ao 2T15, quando registrou R\$ 235,1 milhões. Este aumento decorre (i) da correção monetária do IPCA (8,47%) referente ao ciclo da RAP de 2014/2015 para o ciclo 2015/2016; (ii) da inclusão do recebimento do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI) a partir de julho de 2015 e; (iii) da entrada em operação de novos investimentos no valor de R\$ 6,7 milhões.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	239,0	198,2	20,5%	470,5	395,9	18,8%	275,9	229,7	20,1%	542,8	454,3	19,5%
Outras	7,0	5,9	18,3%	13,3	11,8	12,6%	5,8	5,4	9,3%	11,3	10,8	5,4%
Total	245,9	204,1	20,5%	483,8	407,7	18,7%	281,7	235,1	19,8%	554,1	465,0	19,2%

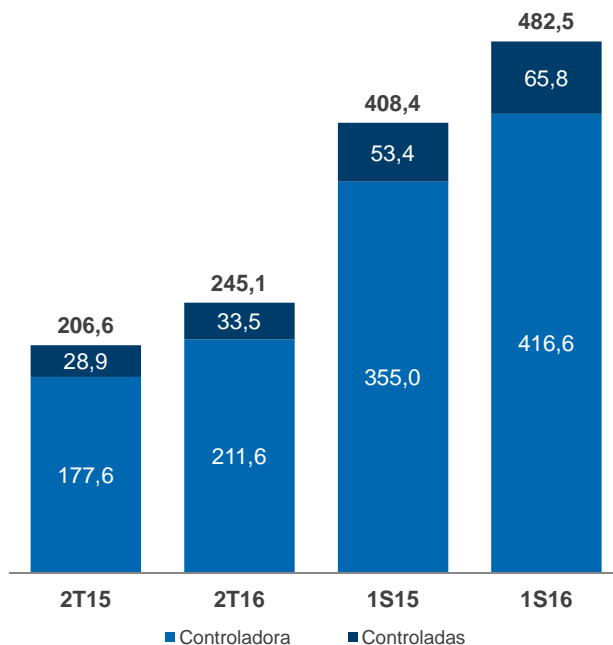
■ Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 36,6 milhões no 2T16, aumento de 28,4% comparadas aos R\$ 28,5 milhões no 2T15. A variação reflete o aumento nos tributos que acompanham a variação da receita operacional.

¹ **Resultado Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são auditados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (os resultados regulatórios do 2T16 ainda não foram revisados pela auditoria. A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da CTEEP.

■ **Receita Operacional Líquida – Regulatório**

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 2T16 atingiu R\$ 245,1 milhões, aumento de 18,6% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 206,6 milhões.



■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais, registraram queda de 4,1%, em relação ao 2T15, atingindo R\$ 123,1 milhões.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 7,1% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 8,2% concedido em agosto de 2015, retroativo a junho do mesmo ano e pela reestruturação do quadro técnico, (ii) do aumento de 34,7% em materiais e 13% em serviços de terceiros, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, tais como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo.

As despesas de contingências atingiram R\$ 1,3 milhões, registrando queda em relação ao 2T15, pela (i) variação de R\$10,7 milhões em trabalhistas pela concentração no 2T15 de provisões para perdas de processos trabalhistas de prestadores de serviços de mão de obra terceirizada, inadimplentes e em processo de insolvência, nas quais a CTEEP era corresponsável legal e (ii) variação de R\$ 6,2 milhões pelo aumento, no 2T15, de execução de contingência fiscal de IPTU.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

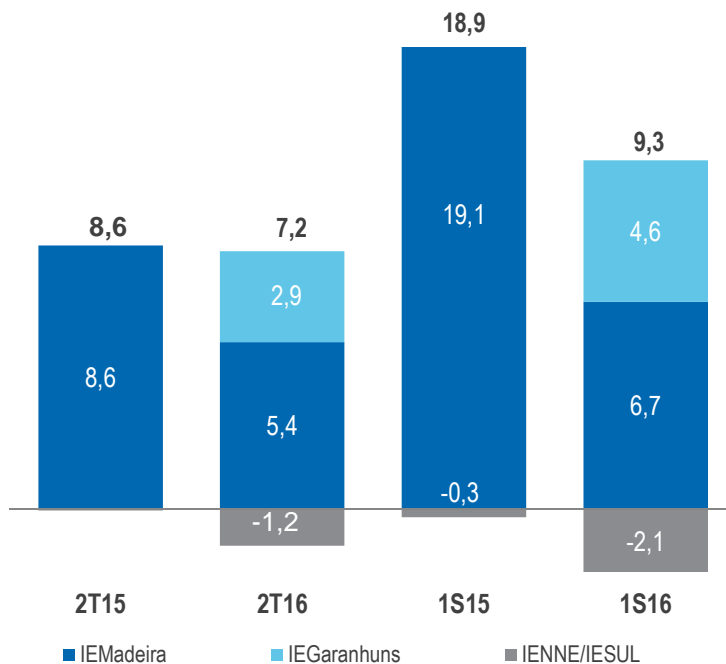
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Pessoal	(60,2)	(56,0)	7,4%	(125,3)	(116,5)	7,5%	(62,7)	(58,6)	7,1%	(130,1)	(122,1)	6,5%
Materiais	(3,0)	(2,2)	38,3%	(6,0)	(3,8)	58,9%	(3,1)	(2,3)	34,7%	(6,2)	(4,0)	55,5%
Serviços	(24,7)	(21,6)	14,7%	(47,0)	(40,1)	17,2%	(26,1)	(23,1)	13,0%	(49,2)	(43,2)	13,7%
Depreciação	(8,1)	(6,1)	30,6%	(15,4)	(11,8)	30,9%	(14,7)	(12,5)	17,9%	(28,4)	(24,4)	16,6%
Contingências	(1,3)	(19,9)	-94,1%	(7,6)	(35,4)	-78,7%	(1,3)	(19,9)	-93,3%	(7,5)	(35,4)	-78,9%
Outros	(14,6)	(11,4)	27,9%	(29,9)	(24,1)	23,9%	(15,3)	(12,0)	27,3%	(31,1)	(25,2)	23,7%
Total	(111,9)	(117,2)	-4,5%	(231,1)	(231,6)	-0,2%	(123,1)	(128,3)	-4,1%	(252,6)	(254,4)	-0,7%

Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial no 2T16 registrou receita de R\$ 7,2 milhões. A variação reflete, principalmente a queda no resultado da subsidiária IEMadeira pela redução na receita decorrente da parcela de ajuste (PA) negativa na RAP para o ciclo 2015/2016 e, também, o aumento nas despesas financeiras em função do serviços da dívida.

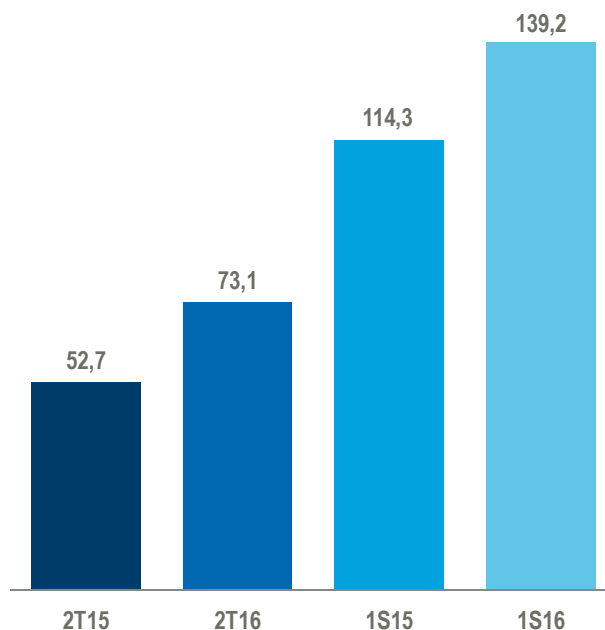
No 2T16 o resultado da IEGaranhuns foi de R\$ 2,9 milhões decorrente da entrada em operação comercial no final de 2015.

(R\$ milhões)



Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido no 2T16 atingiu R\$ 73,1 milhões, um aumento de 38,7% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 52,7 milhões.



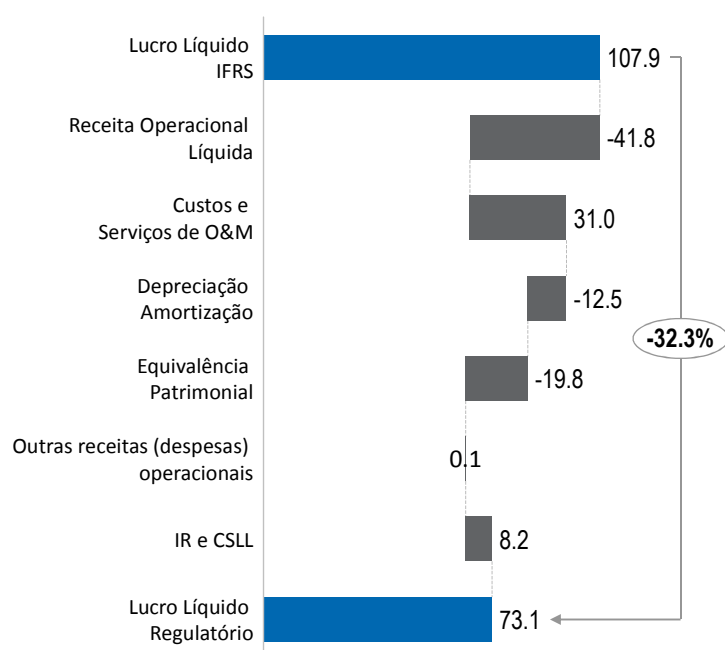
EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 143,8 milhões no 2T16, aumento de R\$ 45,6 milhões comparado ao Ebitda registrado no 2T15 de R\$ 98,2 milhões. A margem EBITDA no 2T16 alcançou 58,7% no trimestre.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T16	2T15	1S16	1S15	2T16	2T15	1S16	1S15
Lucro (prejuízo) Líquido	69,5	49,4	131,8	108,8	73,1	52,7	139,2	114,3
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	24,8	17,6	41,8	38,1	26,5	19,0	45,3	40,5
Resultado financeiro líquido	30,0	6,0	56,3	(0,4)	28,9	6,0	54,1	1,2
Depreciações e amortizações	8,7	14,2	8,7	27,9	15,3	20,5	29,6	40,5
EBITDA ICVM nº 527/12	133,0	87,2	238,5	174,4	143,8	98,2	268,2	196,5
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	62,9%	49,1%	57,3%	49,1%	58,7%	47,5%	55,6%	48,1%

Comparativo Lucro Líquido IFRS vs Regulatório

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório no 2T16 estão apresentadas abaixo:



Receita Operacional Líquida: Reconhecimento de Receita de Infraestrutura de R\$ 35,4 milhões e da Receita dos Ativos da Concessão de R\$ 67,4 milhões, combinado com a reclassificação da Receita de O&M de R\$ 57,3 milhões e PIS e CONFINS de R\$ 3,7 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 41,8 milhões.

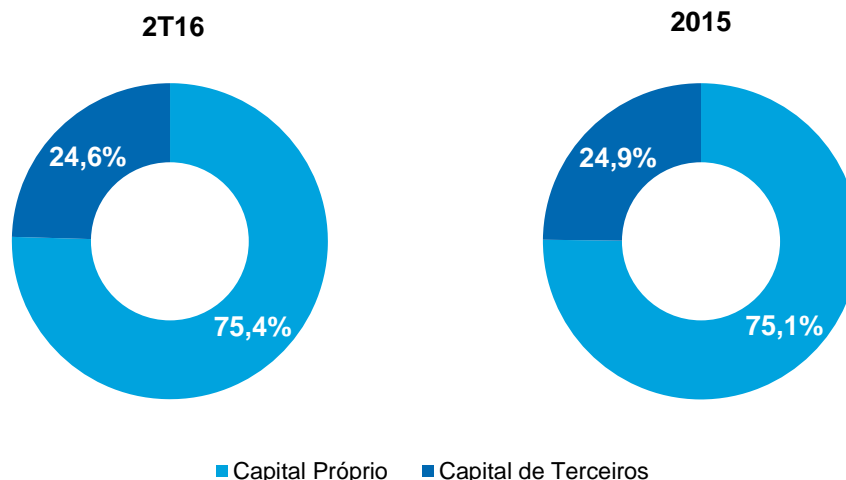
Custos de Infraestrutura e O&M: Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura e de O&M totalizando o ajuste de R\$ 31,0 milhões.

Depreciação e Amortização: Reversão dos Ativos Financeiros da Concessão em R\$ 12,5 milhões.

Equivalência Patrimonial: Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

IR & CSLL: a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento (R\$ 8,2 milhões).

Estrutura de Capital



Endividamento*

A dívida bruta consolidada em 30 de junho de 2016 somou R\$ 1.074,5 milhões, queda de 2,0% em relação ao final de 2015 quando registrou R\$ 1.096,7 milhões, refletindo, principalmente, o pagamento de juros referente à 3ª Emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 39,2 milhões e o pagamento de serviço da dívida de BNDES no montante de R\$ 27,7 milhões.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 425,8 milhões, em 30 de junho de 2016, queda de 4,6% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2015 quando atingiu R\$ 446,2 milhões, decorrente, principalmente, do término no final de 2015 do fluxo de recebimento das indenizações do NI.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 648,8 milhões, apresentando queda de 0,3% em relação à dívida líquida ao final de 2015.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2T16	2015	Δ%
Dívida Bruta	1.074,5	1.096,7	-2,0%
Curto Prazo	254,7	251,9	1,1%
Longo Prazo	819,8	844,8	-3,0%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	302,7	267,4	13,2%
Dívida Líquida CTEEP e Controladas	771,9	829,3	-6,9%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	123,1	178,8	-31,2%
Dívida Líquida Consolidada	648,8	650,5	-0,3%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.
- Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2016):** os indicadores financeiros máximos exigidos nos contratos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,5$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá

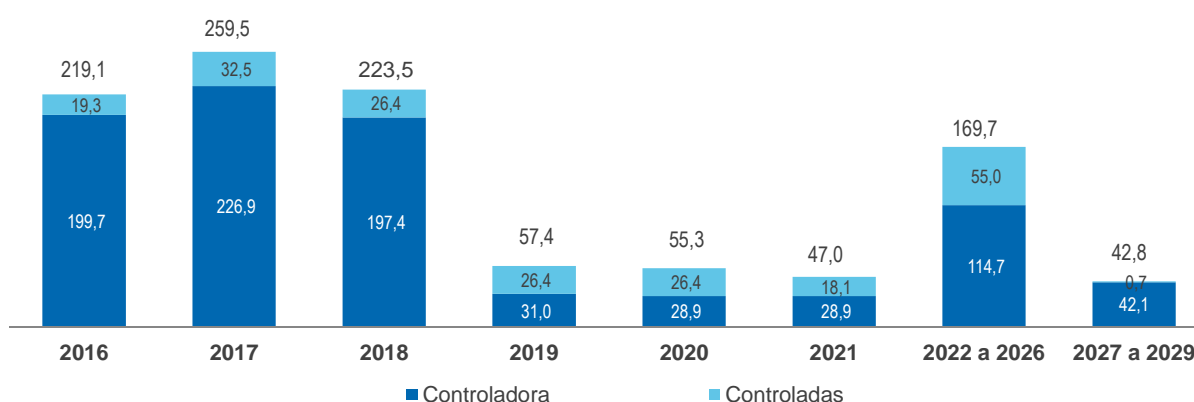
consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A 3ª emissão de Debêntures exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 3ª Emissão de Debêntures da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.

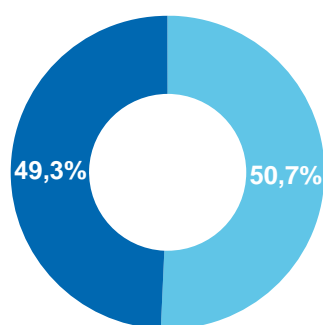
O custo médio da dívida consolidada passou de 12,5 % a.a. em 31 de dezembro de 2015 para 12,8% em 30 de junho de 2016. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 9,32% e, o CDI anualizado de junho de 2016, foi 14,13%. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2016 era de 2,5 anos, menor que o prazo de 2,7 anos apurados no final de 2015.

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores.

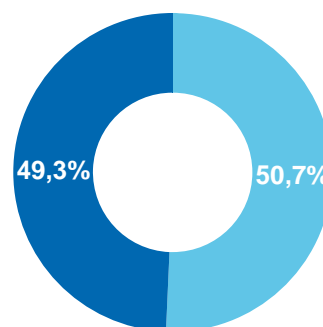
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação 2T16



Contratação da Dívida e Indexação 2015



(*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e econtroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

Investimentos

Até 30 de junho de 2016, a CTEEP investiu um total de R\$ 75,4 milhões sendo: (i) R\$ 34,9 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 25,7 milhões de investimentos via subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R\$ 14,8 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação. A Companhia realizou investimentos até 30 de junho de 2016, abaixo do projetado, devido a pendências de licenciamento ambiental e projetos suspensos por pleitos da CTEEP para análise detalhada de escopo, possibilidade de execução e rentabilidade adequada.

Evento Subsequente

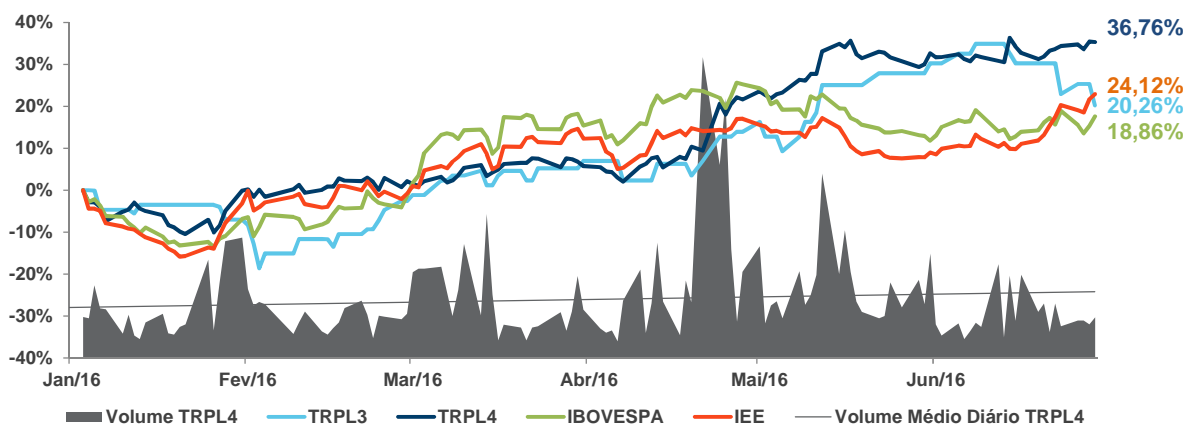
■ Debêntures de Infraestrutura

Em 15 de julho de 2016 a CTEEP emitiu 148.270 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica em série única, no montante total de R\$ 148,3 milhões, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de julho de 2021, a remuneração será paga anualmente nos meses de julho de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de julho de 2017. Em 12 de agosto de 2016, a Companhia encerrou o processo de emissão das debêntures.

Os recursos captados, por meio da Emissão da Debêntures, serão utilizados exclusivamente para o reembolso de custos incorridos ou para investimentos nos projetos das subsidiárias IEGaranhuns e IEMadeira, conforme termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431 (debêntures de infraestrutura).

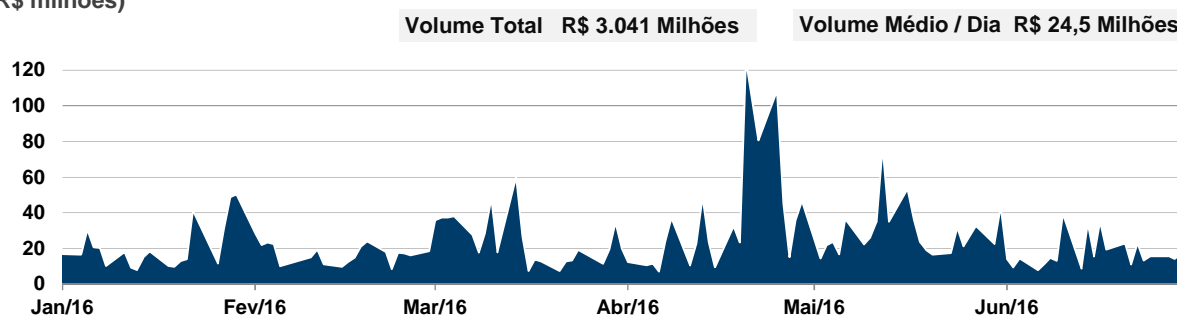
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 1S16 cotadas a R\$ 51,70 e R\$ 62,50, o que representa uma variação de 20,26% e 36,76%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2015. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 18,86% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 24,12%.



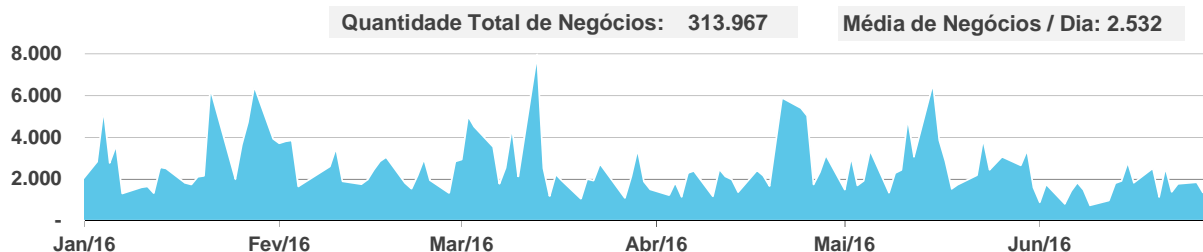
Durante o primeiro semestre de 2016, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 24,5 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/06/2016 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.532 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 314 mil negócios no 1S16.

Quantidade de Negócios até 30/06/2016 (unidades)



Anexos

Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	3.120	3.635	6.135
Aplicações Financeiras	250.201	230.855	422.084	440.054
Contas a Receber	188.033	220.566	292.485	319.961
Estoques	36.619	38.787	38.307	40.476
Tributos Correntes	43.908	4.928	44.176	5.763
Despesas Antecipadas	20.146	6.037	20.262	6.057
Outros	45.741	79.366	46.863	80.380
	586.443	583.659	867.812	898.826
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.641.761	2.569.403	3.600.082	3.526.968
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.039.149	965.920	1.039.149	965.920
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	586	0	586
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	171.743	183.809	171.743	183.809
Cauções e Depósitos Vinculados	71.169	66.252	71.169	66.268
Estoques	26.301	27.948	29.781	29.675
Outros	8.497	9.249	21.137	21.308
	3.958.620	3.823.167	4.933.061	4.794.534
Investimentos	2.485.198	2.394.590	1.620.249	1.572.640
Imobilizado	25.639	23.163	25.669	23.194
Intangível	16.487	22.649	41.731	49.509
	2.527.324	2.440.402	1.687.649	1.645.343
Total do Ativo	7.072.387	6.847.228	7.488.522	7.338.703

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.400	32.530	71.084	71.070
Debêntures	183.611	180.782	183.611	180.782
Fornecedores	28.271	31.824	29.577	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	66.231	26.825	68.158	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	16.863	16.200	16.863	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	14.665	21.442	14.795	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.459	2.156	2.459	2.156
Provisões	32.807	28.828	33.892	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.114	6.144	5.114	6.144
Outros	20.561	21.849	24.598	31.014
	402.982	368.580	450.151	422.311
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	292.601	306.076	458.574	485.239
Debêntures	361.268	359.573	361.268	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	123.660	126.897	123.660	126.897
PIS e COFINS diferidos	113.723	107.741	155.053	149.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	35.842	35.801
Encargos Regulatórios a recolher	32.124	28.783	34.890	31.194
Provisões	199.747	189.320	199.747	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.147.176	1.142.443	1.393.087	1.401.391
Participação de Acionista não Controlador	0	0	123.055	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	1.842.892	1.842.892	1.842.892	1.842.892
Lucros/Prejuízos Acumulados	88.651	0	88.651	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	5.522.229	5.336.205	5.522.229	5.336.205
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.072.387	6.847.228	7.488.522	7.338.703

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita Operacional Bruta	292.765	280.388	4,4%	564.113	531.739	6,1%
Infraestrutura	34.033	64.924	(47,6%)	54.190	102.532	(47,1%)
O&M	210.123	181.953	15,5%	418.203	361.696	15,6%
Ativos de concessão	41.652	27.628	50,8%	78.418	55.700	40,8%
Outras	6.957	5.883	18,3%	13.302	11.811	12,6%
Deduções à Receita Operacional	(37.941)	(32.909)	15,3%	(73.154)	(62.825)	16,4%
Receita Operacional Líquida	254.824	247.479	3,0%	490.959	468.914	4,7%
Custos e Despesas Operacionais	(135.449)	(172.517)	(21,5%)	(267.700)	(315.161)	(15,1%)
Pessoal	(63.761)	(59.510)	7,1%	(134.687)	(124.611)	8,1%
Material	(23.636)	(42.771)	(44,7%)	(31.049)	(55.104)	(43,7%)
Serviços	(30.058)	(36.856)	(18,4%)	(60.546)	(72.029)	(15,9%)
Outros	(17.994)	(33.380)	(46,1%)	(41.418)	(63.417)	(34,7%)
Resultado Bruto	119.375	74.962	59,2%	223.259	153.753	45,2%
Equivalência Patrimonial	48.736	33.428	45,8%	89.142	60.911	46,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(752)	(8.184)	(90,8%)	(878)	(16.010)	(94,5%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	167.359	100.206	67,0%	311.523	198.656	56,8%
Resultado Financeiro	(30.035)	(5.989)	401,5%	(56.254)	373	(15181,5%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	11.920	17.861	(33,3%)	21.540	37.756	(42,9%)
Resultado de Variação monetária líquida	(9.553)	7.889	(221,1%)	(16.161)	23.816	(167,9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(31.388)	(31.668)	(0,9%)	(61.595)	(61.031)	0,9%
Outras	(1.014)	(71)	1328,2%	(38)	(168)	(77,4%)
Lucro operacional	137.324	94.217	45,8%	255.269	199.027	28,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(33.084)	(17.602)	88,0%	(56.618)	(38.020)	48,9%
Corrente	(27.256)	(20.496)	33,0%	(44.552)	(37.855)	17,7%
Diferido	(5.828)	2.894	(301,4%)	(12.066)	(165)	7212,7%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	104.240	76.615	36,1%	198.651	161.007	23,4%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	104.240	76.615	36,1%	198.651	161.007	23,4%

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita Operacional Bruta	327.187	314.083	4,2%	634.171	599.794	5,7%
Infraestrutura	35.390	70.809	(50,0%)	59.724	119.554	(50,0%)
O&M	218.525	192.136	13,7%	437.682	380.398	15,1%
Ativos de concessão	67.424	45.786	47,3%	125.417	89.079	40,8%
Outras	5.848	5.352	9,3%	11.348	10.763	5,4%
Deduções à Receita Operacional	(40.209)	(35.042)	14,7%	(77.681)	(67.107)	15,8%
Receita Operacional Líquida	286.978	279.041	2,8%	556.490	532.687	4,5%
Custos e Despesas Operacionais	(141.739)	(183.908)	(22,9%)	(281.400)	(343.144)	(18,0%)
Pessoal	(66.567)	(62.353)	6,8%	(139.773)	(130.943)	6,7%
Material	(23.997)	(44.832)	(46,5%)	(31.687)	(61.983)	(48,9%)
Serviços	(32.021)	(42.565)	(24,8%)	(65.264)	(84.955)	(23,2%)
Outros	(19.154)	(34.158)	(43,9%)	(44.676)	(65.263)	(31,5%)
Resultado Bruto	145.239	95.133	52,7%	275.090	189.543	45,1%
Equivalência Patrimonial	27.024	18.818	43,6%	46.045	34.978	31,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(752)	(9.118)	(91,8%)	(878)	(16.934)	(94,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	171.511	104.833	63,6%	320.257	207.587	54,3%
Resultado Financeiro	(28.898)	(5.966)	384,4%	(54.055)	(1.167)	4532,0%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	17.378	22.261	(21,9%)	32.298	45.325	(28,7%)
Resultado de Variação monetária líquida	(9.580)	7.864	(221,8%)	(15.979)	23.769	(167,2%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.638)	(36.088)	(1,2%)	(70.214)	(70.126)	0,1%
Outras	(1.058)	(3)	35166,7%	(160)	(135)	18,5%
Lucro operacional	142.613	98.867	44,2%	266.202	206.420	29,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(34.753)	(18.971)	83,2%	(60.103)	(39.932)	50,5%
Corrente	(28.941)	(21.829)	32,6%	(47.996)	(40.318)	19,0%
Diferido	(5.812)	2.858	(303,4%)	(12.107)	386	(3236,5%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	107.860	79.896	35,0%	206.099	166.490	23,8%
Participação do Acionista não Controlador	(3.620)	(3.281)	100,0%	(7.448)	(5.483)	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	104.240	76.615	36,1%	198.651	161.007	23,4%

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1S16	1S15	1S16	1S15
Caixa Líquido Atividades Operacionais	77.102	205.287	116.032	220.578
Caixa Gerado nas Operações	208.577	215.183	260.563	249.706
Lucro Líquido	198.651	161.007	198.651	166.490
PIS e COFINS diferidos	5.982	10.007	6.031	10.336
Depreciação e Amortização	3.969	3.894	4.344	4.272
IR e CSLL diferidos	12.066	163	12.107	(386)
Demandas Judiciais	(6.054)	17.679	(6.346)	17.642
Custo residual do ativo imobilizado	4.702	43	4.719	43
Benefício fiscal - ágio incorporado	18	14.943	18	14.943
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	1.245	1.245	1.245	1.245
Realização perda em controlada em conjunto	(1.147)	(1.177)	(1.147)	(1.177)
Resultado de equivalência patrimonial	(89.142)	(60.911)	(46.045)	(34.979)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	78.287	68.290	86.987	71.277
Variações nos Ativos	-155.420	-848	-162.039	-3.583
Contas a receber	(39.825)	80.313	(44.491)	70.594
Estoques	3.815	8.860	2.063	8.860
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(73.229)	(72.761)	(73.229)	(72.761)
Tributos e contribuições a compensar	(38.980)	(1.630)	(38.413)	(1.630)
Cauções e depósitos vinculados	14	3.457	30	3.457
Outros	(7.215)	(19.087)	(7.999)	(12.103)
Variações nos Passivos	23.945	-9.048	17.508	-25.545
Fornecedores	(3.553)	(14.699)	(5.373)	(32.036)
Tributos e encargos sociais a recolher	39.406	29.453	39.741	29.926
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(8.294)	(7.642)	(8.294)	(7.642)
Encargos Regulatórios a recolher	(5.276)	(17.238)	(5.255)	(17.210)
Provisões	3.979	2.918	4.135	3.231
valores a pagar FUNCESP	(1.030)	857	(1.030)	857
Outros	(1.287)	(2.697)	(6.416)	(2.671)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2.155	104.956	-16.290	111.240
Aplicação Financeira	(19.346)	137.880	17.970	90.301
Transações com acionistas não controladores	0	0	(55.741)	36.489
Imobilizado	(4.985)	(585)	(5.002)	(585)
Intangível	0	(459)	(3)	(685)
Investimentos	(1.564)	(31.880)	(1.564)	(14.280)
Dividendos Recebidos	28.050	0	28.050	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-80.582	-306.944	-102.241	-329.142
Adições de empréstimos	660	30.000	660	30.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(68.918)	(195.547)	(90.577)	(217.745)
Dividendos pagos	(109.697)	(141.397)	(109.697)	(141.397)
Aumento de Capital	97.373	0	97.373	0
Varição de Caixa e Equivalentes	-1.325	3.299	-2.500	2.676
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.120	1.390	6.135	4.696
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.795	4.689	3.635	7.372

■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2T16	2015
BNDES	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	238.555	246.316
	3,50% a.a.	15/01/24	77.327	82.538
	4,00% a.a.	15/08/18	166	204
	6,00% a.a.	15/11/19	7.875	9.029
	TJLP	15/03/29	661	0
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	45.771	41.608
Série Única	116% CDI	26/12/18	499.108	498.747
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	175	196
Arrendamento Mercantil	-	-	242	323
Total Dívida Bruta CTEEP:			869.879	878.961
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	35.114	37.425
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	35.551	37.132
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	46.061	51.092
	3,50% a.a.	15/04/23	12.376	13.282
SERRA DO JAPI	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.229	6.451
	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	37.189	38.796
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	32.137	33.525
Total Dívida Bruta Subsidiária			204.658	217.703
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.074.537	1.096.664

■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)

Endividamento CTEEP (Equivalencia Patrimonial) - 30/06/2016

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	18/03/2025	477.162	243.352
	BNDES	15/02/2030	1.401.362	714.695
	BNDES	15/10/2022	172.227	87.836
	BASA	10/10/2032	316.072	161.197
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)			2.366.823	1.207.080
Disponibilidades			166.691	85.012
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)			2.200.132	1.122.067
IENNE	BB	03/07/2015	16.012	4.003
	BNB	19/05/2030	195.177	48.794
Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)			211.189	52.797
Disponibilidades			178	45
Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)			211.011	52.753
IEGARANHUNS	BNDES	15/12/2028	224.331	114.409
	BNDES	15/08/2023	102.364	52.206
	BNDES	15/12/2028	1.650	841
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)			328.345	167.456
Disponibilidades			13.276	6.771
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)			315.069	160.685
IE SUL	BNDES	15/01/2021	8.961	4.480
	BNDES	15/08/2023	4.797	2.398
	BNDES	15/08/2028	6.961	3.481
	BNDES	15/05/2025	8.482	4.241
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)			29.201	14.600
Disponibilidades			365	183
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)			28.836	14.418
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)			2.935.558	1.441.933
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)			2.755.048	1.349.923

■ Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2016/2017 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	16,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	53,8	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	57,9	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,4	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	40,9	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	16,9	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	445,6	Fev/39	CTEEP 51% Fumas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	Dez/15	93,5	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 235,8 milhões)

Lote F - As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial provisória em 12 de maio de 2014. Os ativos desde Contrato de Concessão foram declarados livres de pendências impeditivas próprias em agosto de 2014. Em função da existência de pendências impeditivas decorrentes de outros agentes (relativas a não conclusão dos estudos conjuntos dos integradores no simulador de estudos elétricos do ONS), tem sido aplicado o fator redutor equivalente a 10% da receita associada ao contrato. (RAP: R\$ 193,4 milhões).

Em 30 de junho de 2016, foi identificada falha na Bucha Passa Muro, que ocasionou a paralisação temporária dos testes da conversora, com retorno previsto para agosto de 2016. A previsão atual é de que as conversoras estejam plenamente comissionadas até o final deste ano.

■ Anexo VII – Contas a Receber

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	2T16	2015	2T16	2015
O&M				
	109,1	149,5	123,2	158,7
Contas a receber serviços de O&M (a)	109,1	149,5	123,2	158,7
Ativo Financeiro				
	1.229,7	1.149,5	2.278,4	2.197,3
Contas a Receber serviços de implementação de infraestrutura (b)	1.207,0	1.137,2	2.180,5	2.111,2
Contas a receber por indenização (c)	22,7	12,3	97,9	86,1
Ativo Reversível - Lei 12.783				
	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Contas a receber (SE) (d)	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Total	2.829,8	2.790,0	3.892,6	3.847,0

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber indenização – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber de relativo aos investimentos realizados e não amortizados em 31/12/2012 relativo ao contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE, respectivamente:

- O direito referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2,95 bilhões, sendo R\$2,89 bilhões referente ao VNR apurado e R\$57,83 milhões referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, as quais foram, liquidadas durante o exercício de 2015, remanescendo discussões quanto à forma de atualização.
- O direito referente às instalações do SE, registrado em 30 de junho de 2016, corresponde ao valor do custo de implementação da infraestrutura, equivalente ao valor residual desses ativos na demonstração financeira regulatória na data da prorrogação (31 de dezembro de 2012), tendo em vista despacho ANEEL nº 155 de 23 de janeiro de 2013, que orienta pela manutenção do valor de custo até a homologação pelo Poder Concedente. Ainda que estejam disponíveis os valores base referentes às instalações do SE e aprovados pela Diretoria da ANEEL, a administração da Companhia entende que não é possível estimar de forma confiável o valor atualizado deste direito, que tendo em vista: (i) o pedido de reconsideração junto a ANEEL, protocolado em 30 de dezembro de 2015, referente aos valores do SE que ainda encontra-se pendente de resposta por parte daquela Agência; e (ii) assuntos que pendem de regulamentação e definições por parte da ANEEL quanto aos quesitos tratados na Portaria nº 120/16 do MME, tais como: (a) metodologia e índice de atualização e remuneração aplicável no cálculo do valor; (b) esclarecimentos quanto aos prazos de pagamento para as parcelas atrasadas e remanescentes; e (c) definição de tributação aplicável sobre os valores a receber.

Assim, a Companhia manterá em seus registros o saldo histórico até que tenha a orientação formal dos Órgãos Reguladores para mensurar com confiabilidade este ativo. Como referência da amplitude de intervalo dos valores possíveis, a Companhia estima uma variação aproximada de 70% entre o maior e menor valor, dependendo das condições que prevalecerem após a conclusão da audiência pública a ser realizada pela ANEEL para a discussão dessas questões, com início previsto para outubro de 2016, não sendo possível avaliar qual cenário tem maior probabilidade de materialização, de tal forma que prejudica a confiabilidade das estimativas neste momento. A Companhia tem plena intenção de realizar o reconhecimento do valor a receber após a conclusão da Audiência Pública.

■ Anexo VIII – Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	3.120	3.635	6.135
Aplicações Financeiras	250.201	230.855	422.084	440.054
Contas a Receber	99.920	139.940	114.023	148.989
Estoques	36.619	38.787	38.638	40.476
Tributos e contribuições a compensar	43.908	4.928	44.176	5.763
Despesas Antecipadas	20.146	6.037	20.263	6.057
Crédito com controladas	1.663	29.500	1.370	29.200
Outros	44.645	50.452	46.061	51.767
	498.897	503.619	690.250	728.441
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	8.835	9.167	8.835	9.324
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.039.149	965.920	1.039.149	965.920
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferic	245.760	243.042	245.760	243.042
Cauções e Depósitos Vinculados	71.169	66.252	71.169	66.268
Outros	7.929	9.249	20.569	21.306
	1.372.842	1.293.630	1.385.482	1.305.860
Investimentos	1.841.096	1.797.427	1.197.787	1.174.338
Imobilizado	2.401.054	2.371.586	3.157.628	3.149.714
Intangível	81.530	79.701	103.236	102.004
	4.323.680	4.248.714	4.458.651	4.426.056
Total do Ativo	6.195.419	6.045.963	6.534.383	6.460.357

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.400	32.530	71.084	71.070
Debêntures	183.611	180.782	183.611	180.782
Fornecedor	28.271	31.824	29.577	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	66.231	26.825	68.158	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	16.863	16.200	16.863	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	14.665	21.442	14.795	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.459	2.156	2.459	2.156
Provisões	32.807	28.828	33.892	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.114	6.144	5.114	6.144
Outros	20.561	21.849	24.599	31.015
	402.982	368.580	450.152	422.312
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	292.601	306.076	458.574	485.239
Debêntures	361.268	359.573	361.268	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	123.660	126.897	123.660	126.897
Encargos Regulatórios a recolher	32.124	28.783	34.890	31.194
Provisões	199.747	189.320	199.747	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.033.453	1.034.702	1.202.192	1.216.568
Participação de Acionista não Controlador	0	0	123.055	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	1.972.102	1.972.102	1.972.102	1.972.102
Lucros/Prejuízos Acumulados	(803.804)	(822.734)	(803.804)	(822.734)
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.758.984	4.642.681	4.758.984	4.642.681
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.195.419	6.045.963	6.534.383	6.460.357

■ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita Operacional Bruta	245.910	204.121	20,5%	483.808	407.713	18,7%
Disponibilidade da Rede Elétrica	238.953	198.238	20,5%	470.506	395.902	18,8%
Outras	6.957	5.883	18,3%	13.302	11.811	12,6%
Deduções à Receita Operacional	(34.333)	(26.489)	29,6%	(67.172)	(52.737)	27,4%
Receita Operacional Líquida	211.577	177.632	19,1%	416.636	354.976	17,4%
Custos e Despesas Operacionais	(111.911)	(117.184)	(4,5%)	(231.068)	(231.610)	(0,2%)
Pessoal	(60.165)	(56.029)	7,4%	(125.277)	(116.487)	7,5%
Material	(2.985)	(2.159)	38,3%	(5.991)	(3.771)	58,9%
Serviços	(24.722)	(21.551)	14,7%	(46.955)	(40.062)	17,2%
Outros	(24.039)	(37.445)	(35,8%)	(52.845)	(71.290)	(25,9%)
Resultado Bruto	99.666	60.448	64,9%	185.568	123.366	50,4%
Equivalência Patrimonial	25.274	20.881	21,0%	44.990	39.204	14,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(600)	(8.293)	(92,8%)	(703)	(16.094)	(95,6%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	124.340	73.036	70,2%	229.855	146.476	56,9%
Resultado Financeiro	(30.035)	(5.991)	401,3%	(56.254)	371	(15262,8%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	11.920	17.860	(33,3%)	21.540	37.756	(42,9%)
Resultado de Variação monetária líquida	(9.553)	7.887	(221,1%)	(16.161)	23.814	(167,9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(31.388)	(31.668)	(0,9%)	(61.595)	(61.030)	0,9%
Outras	(1.014)	(70)	1348,6%	(38)	(169)	(77,5%)
Lucro operacional	94.305	67.045	40,7%	173.601	146.847	18,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(24.821)	(17.638)	40,7%	(41.834)	(38.056)	9,9%
Corrente	(27.256)	(20.277)	34,4%	(44.551)	(37.425)	19,0%
Diferido	2.435	2.639	(7,7%)	2.717	(631)	(530,6%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	69.484	49.407	40,6%	131.767	108.791	21,1%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	69.484	49.407	40,6%	131.767	108.791	21,1%

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita Operacional Bruta	281.698	235.070	19,8%	554.101	465.031	19,2%
Disponibilidade da Rede Elétrica	275.850	229.718	20,1%	542.753	454.268	19,5%
Outras	5.848	5.352	9,3%	11.348	10.763	5,4%
Deduções à Receita Operacional	(36.621)	(28.512)	28,4%	(71.650)	(56.615)	26,6%
Receita Operacional Líquida	245.077	206.558	18,6%	482.451	408.416	18,1%
Custos e Despesas Operacionais	(123.151)	(128.229)	(4,0%)	(252.458)	(254.285)	(0,7%)
Pessoal	(62.728)	(58.550)	7,1%	(130.074)	(122.149)	6,5%
Material	(3.088)	(2.292)	34,7%	(6.182)	(3.975)	55,5%
Serviços	(26.061)	(23.053)	13,0%	(49.157)	(43.222)	13,7%
Outros	(31.274)	(44.334)	(29,5%)	(67.045)	(84.939)	(21,1%)
Resultado Bruto	121.926	78.329	55,7%	229.993	154.131	49,2%
Equivalência Patrimonial	7.187	8.524	(15,7%)	9.259	18.855	(50,9%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(600)	(9.228)	(93,5%)	(703)	(17.029)	(95,9%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	128.513	77.625	65,6%	238.549	155.957	53,0%
Resultado Financeiro	(28.900)	(5.968)	384,2%	(54.055)	(1.166)	4535,9%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	17.378	22.259	(21,9%)	32.298	45.327	(28,7%)
Resultado de Variação monetária líquida	(9.580)	7.862	(221,9%)	(15.979)	23.768	(167,2%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.638)	(36.087)	(1,2%)	(70.214)	(70.125)	0,1%
Outras	(1.060)	(2)	52900,0%	(160)	(136)	17,6%
Lucro operacional	99.613	71.657	39,0%	184.494	154.791	19,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(26.509)	(18.969)	39,7%	(45.279)	(40.517)	11,8%
Corrente	(28.944)	(21.608)	34,0%	(47.996)	(39.886)	20,3%
Diferido	2.435	2.639	(7,7%)	2.717	(631)	(530,6%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	73.104	52.688	38,7%	139.215	114.274	21,8%
Participação do Acionista não Controlador	(3.620)	(3.281)	100,0%	(7.448)	(5.483)	35,8%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	69.484	49.407	40,6%	131.767	108.791	21,1%

■ **Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)**

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	2T16	2T15	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita Operacional Bruta	122,7	136,5	-10,1%	238,5	271,4	-12,1%
Deduções à receita operacional	(15,7)	(17,4)	-9,6%	(30,4)	(34,5)	-11,9%
Receita operacional líquida	107,0	119,1	-10,1%	208,1	236,8	-12,1%
Custos dos serviços de operação	(6,2)	(8,1)	-23,4%	(13,9)	(19,1)	-27,3%
Depreciação	(34,5)	(33,3)	3,4%	(68,6)	(68,7)	-0,1%
Lucro Bruto	66,4	77,7	-14,6%	125,6	149,1	-15,8%
Despesas Gerais e Administrativas	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,5	-100,0%
Resultado Financeiro	(50,9)	(52,0)	-2,0%	(108,0)	(103,2)	4,7%
Lucro antes do IR & CSLL	15,4	25,7	-40,0%	17,6	46,4	-62,1%
IR & CSLL	(4,8)	(8,9)	-	(4,4)	(8,9)	-
Lucro líquido	10,6	16,8	-36,6%	13,2	37,5	-64,8%
Participação CTEEP	5,4	8,6	-36,6%	6,7	19,1	-64,8%

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	IE GARANHUNS	
	2T16	1S16
Receita Operacional Bruta	25,7	49,9
Deduções à receita operacional	(3,2)	(6,3)
Receita operacional líquida	22,4	43,6
Custos dos serviços de operação	(1,7)	(3,0)
Depreciação	(5,9)	(13,7)
Lucro Bruto	14,9	26,9
Despesas Gerais e Administrativas	(0,9)	(2,0)
Resultado Financeiro	(6,3)	(12,4)
Lucro antes do IR & CSLL	7,6	12,5
IR & CSLL	(1,8)	(3,5)
Lucro líquido	5,8	9,0
Participação CTEEP	2,9	4,6